



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
INSTITUTO DAS CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO- ICHI
CURSO DE BACHARELADO EM BIBLIOTECONOMIA



Júlia Ulguim Gonçalves

**TECNOLOGIA ASSISTIVA EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS: REVISÃO DE
LITERATURA NOS PERIÓDICOS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

RIO GRANDE, RS
2023

Júlia Ulguim Gonçalves

**TECNOLOGIA ASSISTIVA EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS: REVISÃO DE
LITERATURA NOS PERIÓDICOS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Bacharelado
em Biblioteconomia da Universidade
Federal do Rio Grande - FURG, como
parte das exigências para a obtenção do
título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Profa^a Dra. Maria Helena
Machado de Moraes

RIO GRANDE, RS
2023

Ficha catalográfica

G635t Gonçalves, Júlia Ulguim.

Tecnologia assistiva em Bibliotecas Públicas: revisão de literatura nos periódicos da Ciência da Informação / Júlia Ulguim Gonçalves. – 2023.

59 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Instituto de Ciências Humanas e da Informação – ICHI, Curso de Biblioteconomia, Rio Grande/RS, 2023.

Orientadora: Dra. Maria Helena Machado de Moraes.

1. Tecnologia assistiva 2. Acessibilidade 3. Biblioteca pública
4. Pessoa com deficiência I. Moraes, Maria Helena Machado de
II. Título.

CDU 027.4

Catálogo na Fonte: Bibliotecário José Paulo dos Santos CRB 10/2344

Júlia Ulguim Gonçalves

TECNOLOGIA ASSISTIVA EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS: revisão de literatura nos periódicos da Ciência da Informação

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, como parte das exigências para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Helena Machado de Moraes

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Maria Helena Machado de Moraes – Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Orientadora

Prof.^a Dra. Márcia Carvalho Rodrigues – Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Membro da banca

Prof.^o Dr. Claudio Renato Moraes da Silva – Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Membro da banca

Mest.^a Mariana Briese da Silva – Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Membro da banca

"Foi o tempo que dedicastes à tua rosa que a fez tão importante"

(Antoine de Saint-Exupéry)

RESUMO

A presente pesquisa apresenta a análise da produção científica voltada para as tecnologias assistivas e a acessibilidade em bibliotecas públicas. A pauta sobre a acessibilidade, sobretudo a inclusão social, encontra-se em constante debate, a nível mundial. O trabalho desenvolvido teve como objetivo investigar o uso das Tecnologias Assistivas nas bibliotecas públicas brasileiras a partir da produção científica na área da Ciência da Informação. Para alcançar os objetivos, foi empregado como metodologia a revisão bibliográfica, que permitiu discutir os trabalhos publicados nas revistas científicas com o intuito de investigar as pesquisas sobre os assuntos principais da pesquisa. A pesquisa selecionou 14 artigos científicos para a análise e discussão dos dados através da base de dados Diadorim, de acordo com os critérios pré-determinados na metodologia. A partir da análise dos documentos, considerou-se que é pertinente possuir um planejamento e sobretudo, a execução de medidas inclusivas, que abranjam tanto as Pessoas com Deficiência, quanto a comunidade em um todo. Conclui-se que há uma concordância entre os autores, de tornar o espaço da biblioteca pública atrativo não somente pelo seu acervo, mas também por suas atividades desenvolvidas e a interação com a comunidade.

Palavras-chaves: Tecnologia assistiva. Acessibilidade. Biblioteca pública. Pessoa com Deficiência.

ABSTRACT

This research presents an analysis of scientific production focused on assistive technologies and accessibility in public libraries. The issue of accessibility, especially social inclusion, is under constant debate at a global level. The work developed aimed to investigate the use of Assistive Technologies in Brazilian public libraries based on scientific production in the area of Information Science. To achieve the objectives, a bibliographic review was used as a methodology, which allowed discussing the works published in scientific journals with the aim of investigating research on the main research subjects. The research selected 14 scientific articles for data analysis and discussion through the Diadorim database, according to the pre-determined criteria in the methodology. From the analysis of the documents, it was considered that it is pertinent to have planning and, above all, the execution of inclusive measures, which cover both People with Disabilities and the community as a whole. It is concluded that there is an agreement between the authors to make the public library space attractive not only for its collection, but also for its activities and interaction with the community.

Keywords: Assistive technology. Accessibility. Public library. Person with Disabilities.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Diversidade de usuários.....	27
FIGURA 2 - Apresentação dos procedimentos metodológicos.....	35
FIGURA 3 - Nuvem de palavras de acordo com palavras chaves escolhidas nos artigos científicos analisados.....	47
QUADRO 1 - Lista das revistas recuperadas no portal Diadorim.....	37
QUADRO 2 - Quantidade de artigos recuperados e selecionados com os descritores apresentados.....	40
QUADRO 3 - Artigos selecionados para a etapa de discussão do resultado da pesquisa.....	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAT	Comitê de Ajudas Técnicas
IFLA	Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
PcD	Pessoa com Deficiência
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
TA	Tecnologia Assistiva
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Problema de pesquisa.....	12
1.2 Objetivos.....	12
1.2.1 Objetivo geral.....	12
1.2.2 Objetivos específicos.....	12
1.3 Justificativa.....	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1 Bibliotecas públicas e o seu contexto social.....	14
2.2 Acessibilidade e Tecnologias Assistivas nas bibliotecas públicas.....	21
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	33
3.1 Etapas da pesquisa.....	34
3.2 Universo/população e amostra.....	40
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	41
4.1 Discussão dos artigos selecionados.....	43
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS.....	52

1 INTRODUÇÃO

Como uma instituição pública, delineada historicamente e cultivada por diversas civilizações mundialmente, a biblioteca pública possui reconhecimento por todos os segmentos sociais na atualidade. O papel da biblioteca foi se tornando social, político e cultural de extrema relevância no contexto social das nações, adequando-se às necessidades da comunidade, a biblioteca pública continua a desempenhar suas funções educativas culturais e, sobretudo, informacionais, colaborando tanto na educação dos cidadãos na sociedade, como no desenvolvimento da civilização como conhecemos.

Em relação ao Brasil, a ideia inicial de uma biblioteca para o público era de se ter um local aberto à sociedade, no qual fossem oferecidos meios e métodos para a instrução do povo (Moraes, 2006, p. 152), assim foi fundada a primeira biblioteca pública, em 1811 na cidade de Salvador. Sendo um importante caminho da informação à comunidade, a biblioteca pública faz com que as pessoas tenham acesso aos recursos globais de informação e as ideias que contribuem para seu crescimento intelectual e social, trazendo benefícios econômicos e sociais de forma individual e comunitária.

A pauta sobre a acessibilidade, sobretudo a inclusão social, encontra-se em constante debate, a nível mundial. Segundo a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA, 2013), “o rápido desenvolvimento nas Tecnologias de Informação e Comunicação revolucionaram o modo de coligir, apresentar e aceder à informação”, no qual as Pessoas com Deficiência são beneficiadas através das Tecnologias Assistivas.

A partir das discussões sobre a acessibilidade e ações inclusivas na sociedade, por parte das bibliotecas, a pesquisa busca investigar se as bibliotecas públicas disponibilizam recursos de tecnologias assistivas para o uso da comunidade. Para alcançar o objetivo, foi feita uma busca na plataforma Diadorim do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), para recuperar os periódicos da área da Ciência da Informação. Após, serão selecionados os artigos que discutem o tema. Nesse contexto, como procedimentos metodológicos será utilizada a abordagem qualitativa, revisão bibliográfica, descritiva e exploratória.

Sendo assim, discutiu sobre a relevância das Tecnologias Assistivas nas bibliotecas públicas, a partir da análise da produção científica disponibilizada nas revistas da Ciência da Informação recuperadas na base de dados Diadorim.

1.1 Problema de pesquisa

A partir das políticas de inclusão social, a acessibilidade nas bibliotecas públicas é uma necessidade, uma vez que, a informação deve ser disponibilizada e acessível por toda sociedade. Nesse sentido, a Tecnologia Assistiva articula-se como forma de inclusão, apontando a importância da sua oferta nas unidades de informação. Com isso, a pesquisa apresenta a seguinte problemática: As bibliotecas públicas disponibilizam recursos tecnológicos assistivos para o uso da comunidade? Para responder a questão, apresentam-se os objetivos da pesquisa.

1.2 Objetivos

A seguir apresentam-se o objetivo geral e os objetivos específicos que nortearão o desenvolvimento desta pesquisa.

1.2.1 Objetivo geral

Investigar o uso das Tecnologias Assistivas nas bibliotecas públicas brasileiras a partir da produção científica na área da Ciência da Informação.

1.2.2 Objetivos específicos

- a. Discutir a partir da literatura científica, as temáticas bibliotecas públicas e tecnologias assistivas.
- b. Identificar na base Diadorim, os periódicos brasileiros de acesso aberto da área da Ciência da Informação que discutam as temáticas apresentadas;
- c. Pesquisar os artigos que discutam o tema;

d. Descrever, a partir da produção científica sobre o tema, os recursos de tecnologias assistivas disponibilizados nas bibliotecas públicas brasileiras.

e. Elencar as tecnologias assistivas passíveis de utilização por bibliotecas públicas, a partir da pesquisa realizada.

1.3 Justificativa

A escolha do tema, deve-se ao contexto social das bibliotecas e do uso da informação pelo público. A discussão sobre a inclusão é um assunto em pauta tanto na sociedade quanto nos órgãos públicos. Sendo um levantamento importante em todos os âmbitos, Baptista (2008, p. 26) comenta que “[...] todas as pessoas têm o direito de participar em todos os níveis da sociedade, vivenciando deveres e direitos garantidos pela nossa Constituição de maneira igual”.

Nesse sentido, busca-se conhecer a acessibilidade nas bibliotecas públicas, e os recursos assistivos nesse espaço. Assim, a comunidade pode ser atendida e suas necessidades supridas de maneira igual e independente. Com foco no público de Pessoas com deficiência (PcD), seja ela física, mental, intelectual, sensorial e até mesmo múltiplas, observa-se a importância de implementação de políticas inclusivas nos planejamentos públicos nas áreas da saúde, educação, lazer, esportes, entre muitas outras. Sendo foco da pesquisa a área da ciência da informação, especificamente as bibliotecas.

A biblioteca é um espaço multidisciplinar, sendo um dos seus objetivos a informação e o acesso a ela. Nesse contexto, entende-se que as bibliotecas precisam ser um ambiente inclusivo e convidativo, onde encontra-se cordialidade, educação e motivação para um bom convívio de todas as pessoas. Com isso, a biblioteca pública precisa voltar seu olhar para a comunidade, incluindo a todos, sem fazer distinção de condição social, raça, crença ou nacionalidade. E, a partir desse entendimento, incluir diferentes recursos informacionais e de acesso, de acordo com as demandas dos usuários. Sendo, no caso dessa pesquisa, o público-alvo as pessoas com deficiência, que precisam, ter acesso e uso de todos os produtos e serviços ofertados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nessa seção, busca-se contextualizar os temas que norteiam o desenvolvimento da pesquisa. No qual, discute-se sobre bibliotecas públicas, acessibilidade e tecnologias assistivas.

2.1 Bibliotecas públicas e o seu contexto social

As bibliotecas, reconhecidas atualmente como espaços socioculturais, sempre tiveram destaque nas civilizações. Através dos séculos, o papel da biblioteca passou por adaptações e mudanças para acompanhar a evolução das civilizações, organizando e preservando os registros das épocas e dos povos, seu acervo também foi transformando o suporte da informação, tornando-se assim, uma instituição social.

Na atualidade, como instituição pública, seu papel social se destaca no atendimento às necessidades relacionadas à informação, educação, política, cultura e lazer. Com o intuito de preservar e organizar os registros gráficos que o ser humano expressava como forma de comunicação, a biblioteca aparece como uma instituição social fundamental para cumprir tal objetivo, acumulando, desenvolvendo e disponibilizando livros e outros documentos ao público.

A biblioteca é um espaço em constante desenvolvimento e promoção de cultura, onde convergem informações sobre o mundo, e disponibiliza todos os tipos de recursos informacionais ali contidos, para Almeida Júnior (2021, p. 64) entende-se “[...] que seus objetivos abrangem não só a leitura do texto escrito, mas também a leitura da imagem fixa, da imagem em movimento e do som”, trabalhando as “[...] habilidades dos usuários nessas leituras, tanto daqueles que as possuem como daqueles que não as têm”.

Tinham como objetivos, armazenar e preservar as obras ali contidas, sem disponibilizá-las ao público e conseqüentemente, sem trabalhar as habilidades de leitura dos usuários. Segundo Brettas (2010, p. 108), “uma biblioteca pública é um centro de informações atuando permanentemente, atendendo à demanda da população, estimulando o processo contínuo de descobrimento e produção de novas obras”.

Foi através das mudanças sociais e tecnológicas que o acesso ao conhecimento, passando por todos os períodos históricos, tornou-se mais democrático, fazendo assim, que chegasse ao público.

Em relação ao Brasil, o serviço de uma biblioteca, com o tratamento elitista da sociedade, tendia a priorizar exclusivamente o atendimento às classes sociais. E mesmo que já houvesse algumas instituições no país, inclusive a Biblioteca Real no Rio de Janeiro, Moraes (2006, p. 151) relata que nenhuma possuía a mesma característica.

Salienta-se que a nossa primeira biblioteca pública originou-se de uma iniciativa popular, e não governamental, reconhecendo o espaço como uma instituição para promover a instrução do povo, atendendo a todos, inclusive as populações suburbanas ou distantes da cidade. Para Paiva e Andrade (2014, p. 98),

É no século XIX, com a consolidação dos ideais democráticos, com o desenvolvimento industrial e o crescimento da urbanização que emergem as bibliotecas públicas com os questionamentos que permanecem até hoje: sua função social, seus objetivos e seu financiamento.

Para Brettas (2010), foi quando a noção de “público” surgiu depois da Revolução Francesa, quando as bibliotecas e arquivos foram abertos à população. A partir de então, já havia a atitude do povo de manter uma biblioteca para o uso coletivo e social, a fim de oferecer tanto os serviços de informação, como instrução à comunidade.

Atualmente, presentes nas diferentes sociedades mundiais, as bibliotecas públicas são organizações criadas, mantidas e financiadas pela comunidade e de responsabilidade das autoridades locais, regionais ou nacionais, fazendo com que o seu acesso seja por princípio gratuito. Segundo a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA), o principal objetivo da biblioteca pública é;

Fornecer recursos e serviços em diversos suportes, de modo a ir ao encontro das necessidades individuais ou coletivas, no domínio da educação, informação e desenvolvimento pessoal, e também de recreação e lazer. (IFLA, 2013, p.13).

Conforme Barroso (1973, p. 45),

[...] o Instituto Nacional do Livro, órgão do Ministério da Educação e Cultura, criado pelo Decreto-Lei 93, de 21 de dezembro de 1937, tinha, entre muitas atribuições, incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional.

Dentre seus objetivos, o mais importante é a coordenação da política nacional de bibliotecas públicas, juntamente com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, para que a política de implantação e desenvolvimento das bibliotecas públicas sejam cumpridas (Suaiden, 1980, p. 39). Servindo às comunidades diversamente constituídas, as bibliotecas assumem uma posição de “centros de aprendizagem, cultura e informação” (Almeida Júnior, 2013).

O Instituto Nacional do Livro e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, trabalham de forma nacional e internacional, incentivando para que a biblioteca disponibilizasse prontamente todo tipo de informação para os usuários, desempenhando um importante papel na colaboração por uma sociedade democrática, além de oferecer para o seu público acesso a um vasto campo de conhecimento, ideias e opiniões.

A partir da Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018, implementada pelo Governo Federal, por intermédio do Ministério da Cultura e do Ministério da Educação, que trata da promoção do livro, leitura, escrita, literatura e as bibliotecas de acesso público no Brasil. Instituída como a Política Nacional de Leitura e Escrita, cabe a ela: “[...] democratizar o acesso ao livro e aos diversos suportes à leitura por meio de bibliotecas de acesso público, entre outros espaços de incentivo à leitura, de forma a ampliar os acervos físicos e digitais e as condições de acessibilidade” (Brasil, 2018). Entre as várias políticas de incentivo e preservação das unidades de informação de acesso público, a Política Nacional de Leitura e Escrita abrange a universalização do direito ao acesso dos suportes de informação, o fortalecimento do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e a articulação com as demais políticas de estímulo à leitura, ao conhecimento, às tecnologias e ao desenvolvimento educacional, cultural e social do País, especialmente com a Política Nacional do Livro, instituída pela Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003. (Brasil, 2018).

Através da ampliação de políticas, recursos e serviços, disponíveis a todos, independente de raça, nacionalidade, idade, gênero, religião, deficiência, condição econômica, nível de escolaridade e outras particularidades, as bibliotecas permitem

que comunidade tenha aprendizagem ao longo de toda vida. Corroborando com a ideia, Serrai (1975, p. 153) afirma que "a biblioteca deve ser atualizada continuamente com oportunas aquisições, pois de outro modo perde sua utilidade, eficácia e importância". Observa-se que mesmo, após mais de quatro décadas, a ideia de atualização das bibliotecas ainda é uma constante na década atual.

Mais recente, o Manifesto da IFLA sobre a Internet (IFLA, 2014, p. 47) "as bibliotecas e os serviços de informação tornam disponíveis a riqueza da expressão humana e a diversidade cultural em todos os meios de comunicação". Também defendida no Manifesto da Biblioteca Pública (IFLA; UNESCO, 2022), a biblioteca pública

[...] é como uma força viva para a educação, cultura, inclusão e informação, como um agente essencial para o desenvolvimento sustentável, para o desenvolvimento da paz e bem-estar espiritual de todos os indivíduos.

Assim, a biblioteca pública é um dos principais caminhos entre a informação e a comunidade, é através dela que as pessoas têm acesso aos recursos globais de informação e as ideias que contribuem para seu crescimento intelectual e social, trazendo benefícios econômicos e sociais de forma individual e comunitária. Assim como a economia, a política, debates sociais, a informação também é uma condição básica para o desenvolvimento mundial e de todos os fatores citados, já que uma ideia não pode ser desenvolvida, e tão pouco criada, sem noções informacionais que norteiam o conhecimento acerca do assunto discutido.

No passar dos anos, o desenvolvimento na área das Tecnologias de informação revolucionou o uso da informação. A sinergia entre Tecnologias de Informação e Comunicação permite que a informação seja acessada de formas dificilmente imagináveis, que antes eram reservadamente disponíveis através de suportes como o papel e ao espaço da biblioteca, no qual hoje, o acesso à informação encontra-se em diferentes lugares físicos e virtuais (IFLA, 2013, p. 11).

Ao falar de lugares físicos e virtuais, cada um destes traz consigo a logística do acesso e a disponibilização da informação. Para isso, entende-se que o acesso à informação é um direito de todos, a IFLA (2002, p. 3) declara que "a liberdade de acesso à informação, independente de meios e fronteiras, é uma das responsabilidades primordiais da biblioteca e dos profissionais da informação". Ou

seja, todas as bibliotecas, independente da tipologia, devem possuir aptidão e suporte para atender às necessidades informacionais de todo e qualquer indivíduo, contemplando suas diferenças e limitações.

Nota-se que a biblioteca pública contribui para melhorar a qualidade de vida da comunidade, colaborando para a educação e cultura, através do atendimento às necessidades do público e do fomento do hábito de leitura. Além de preservar e disseminar o conhecimento, é de suma importância que seu espaço de salvaguarda seja mantido de caráter social e histórico para a sociedade. Suaiden (1995, p. 20) menciona que a biblioteca pública

[...] deve constituir-se, cada vez, em um centro convergente das aspirações comunitárias, ou seja, deve ter uma identificação muito grande com sua comunidade e contribuir para resolver os problemas que são próprios à mesma comunidade.

Entende-se que se um público específico depende de tal atividade para sobreviver, é papel da biblioteca oferecer materiais e serviços que contribuam para melhorar a atividade dessas pessoas. Assim é com todas as demandas que surgem na comunidade, e no geral, na sociedade inteira, no qual a biblioteca pública torna-se uma instituição essencial para acreditar na democracia e na educação de todos como um processo contínuo da vida (Suaiden, 1995).

Além dos seus principais serviços, é importante destacar a contribuição e a diferença social que a biblioteca pública proporciona tornando o conhecimento e todo tipo de informação acessível, como também colocando em prática as políticas de inclusão e direitos humanos. Muitos foram os esforços para fazer com que a biblioteca pública tomasse espaço de importância como instituição social no Brasil e reconhecida por muitos segmentos internacionais de fomento social.

Além das características e missões citadas, destacam-se, ainda, as seguintes funções institucionais:

Agente essencial na promoção e salvaguarda da democracia, através do livre acesso a todo tipo de informação proporcionando, desta forma, matéria de reflexão para a geração do verdadeiro conhecimento; instituição de apoio à educação e formação do cidadão em todos os níveis, através da promoção e incentivo à leitura e à formação do leitor crítico e seletivo capaz de usar a informação como instrumento de crescimento pessoal e transformação social; centro local de tecnologias da informação, através do acesso às novas tecnologias da informação e da comunicação, familiarizando

os cidadãos como seu uso; e instituição cultural, através da promoção do acesso à cultura e do fortalecimento da identidade cultural da comunidade local e nacional (Biblioteca Nacional, 2010).

Como fator de desenvolvimento e instrumento de transformação social, a Declaração de Caracas sobre a Biblioteca Pública, elaborada em 1982 na Venezuela, declara que a biblioteca pública deve:

- a) Assegurar a toda a população o livre acesso à informação em suas diferentes formas de apresentação. Essa informação deve ser ampla, atualizada e representativa do universo de pensamento e ideias do homem e a expressão de sua imaginação criadora, de tal forma que tanto o indivíduo como a comunidade possam situar-se em seu meio histórico, socioeconômico, político e cultural;
- b) Estimular a participação ativa e efetiva da população nacional, incrementando o papel da biblioteca como instrumento que contribua para a transformação social e para a participação na vida democrática;
- c) Promover o resgate, a compreensão, a difusão e defesa das culturas nacionais, autóctones e minoritárias, objetivando a formação da identidade nacional, e apoiar o conhecimento de outras culturas e o respeito por elas;
- d) Promover a formação de um leitor crítico, seletivo e criativo, desenvolvendo ao mesmo tempo sua motivação para a leitura, sua habilidade para extrair dela experiências gratificantes, capacitando desse modo cada vez mais o indivíduo para desempenhar um papel ativo na sociedade;
- e) Apoiar a educação permanente em todos os níveis formais e não formais pondo ênfase na erradicação do analfabetismo e nos serviços para as crianças, jovens e leitores necessitados socialmente e inválidos;
- f) Servir como centro de informação e comunicação para a comunidade;
- g) Começar e desenvolver, quando seja necessário, serviços bibliotecários nacionais, especialmente em países pequenos;
- h) Apoiar o desenvolvimento de uma indústria editorial nacional economicamente forte e culturalmente independente. (Suaiden, 1995).

Observa-se na Declaração, a importância da informação na comunidade e o papel desempenhado pela biblioteca pública na sociedade. Destaca-se a preocupação

pelo incentivo à leitura e a erradicação do analfabetismo, criando oportunidades para que as pessoas participem ativamente no desenvolvimento do país (Suaiden, 1995). A comunidade de países desenvolvidos tem a biblioteca pública como um espaço que oferece informações práticas para todos, instigando o debate e a participação no âmbito econômico e político. Além da participação social ativa na vida da comunidade, a biblioteca ainda presta seus serviços de empréstimos, elaboração de trabalhos, consultas, entre outros (Suaiden, 1995). A preocupação com a interação biblioteca e comunidade é maior, isso faz com que a biblioteca pública seja uma essencial instituição de prestação de serviços à comunidade.

Enquanto nos países menos desenvolvidos, Suaiden (1995, p.23) cita que

[...] a falta de vínculo da biblioteca com a população, faz com que a comunidade não veja a biblioteca pública como instituição indispensável no processo de desenvolvimento do país, fazendo com que o trabalho realizado em prol da comunidade seja de menos ênfase.

De acordo com o Manifesto da Biblioteca Pública da IFLA/UNESCO (2022) os serviços da biblioteca pública;

[...] são prestados com base na igualdade de acesso para todos, independentemente de idade, etnia, sexo, religião, nacionalidade, idioma, condição social e qualquer outra característica. Serviços e materiais específicos devem ser fornecidos para aqueles usuários que não podem, por qualquer motivo, usar os serviços e materiais regulares, por exemplo, minorias linguísticas, pessoas com deficiência, com baixa proficiência em habilidades digitais ou de informática, com baixa escolaridade, pessoas hospitalizadas ou privadas de liberdade. (IFLA/UNESCO, 2022).

É essencial que todo material contido na biblioteca seja relevante às necessidades e condições de cada usuário. Sendo um dos principais objetivos da biblioteca pública a formação de um público leitor, Suaiden (1995, p. 45) menciona que “por meio de pessoal qualificado e da comunicação direta com a comunidade, e sobretudo, através de um acervo compatível com as necessidades da comunidade, que se forma um público leitor”.

Segundo a Biblioteca Nacional (2010, p.18) “o conceito de biblioteca pública baseia-se na igualdade de acesso para todos, sem restrição de idade, raça, sexo, status social, etc. e na disponibilização à comunidade de todo tipo de conhecimento”.

Como salienta Barros (2002), o perfil do usuário deve ser amplamente diversificado, pois é a característica da biblioteca pública, atender e servir a toda comunidade. Além disso, deve constituir-se de um ambiente realmente público, de convivência agradável, onde as pessoas possam se encontrar para conversar, trocar ideias, adquirir informações, aprender, participar de atividades culturais e de lazer, e se sentirem pertencentes à sociedade. Com isso, aborda-se a importância da acessibilidade nesses espaços.

2.2 Acessibilidade e Tecnologias Assistivas nas bibliotecas públicas

A palavra *acessibilidade* apresenta diferentes interpretações que se dão para o termo. Para Melo (2008), é comum associar o termo à ideia de melhoria na qualidade de vida das pessoas com deficiência e dos idosos. Entende-se que o debate sobre acessibilidade, em geral, é direcionado para pessoas com deficiência, porém deveria ser parte de toda a sociedade em geral. Quando se discute em tornar um ambiente acessível, refere-se ao uso de espaços físicos e ferramentas disponíveis para todos, independente da sua deficiência e/ou limitações. Um conceito bastante amplo de acessibilidade é o processo de conseguir igualmente as oportunidades.

Baseado no Decreto de n. 5.296, 2 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis n. 10.048/2000 e n. 10.098/2000, dispõe como acessibilidade

[...] A possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

Entende-se por acessibilidade, algo no qual todos devem ter a oportunidade de compreensão e acesso, possuindo plena autonomia e segurança de usufruir de todos serviços e direitos da sociedade. Abrangendo a todos que dela necessitam, a acessibilidade envolve os cidadãos com deficiências e os sem.

No decorrer da história, as pessoas com deficiência eram isoladas da sociedade e mantidas em instituições de caridade, pois para muitos, elas não se encaixavam no círculo social. Com o tempo e os desenvolvimentos tecnológicos, muitos avanços foram feitos para a melhoria na qualidade de vida e a conquista dos espaços por todos e para todos.

Segundo Cambiaghi (2017, p. 14), foi a partir do século XX que teve início a consolidação do processo de integração. Na década de 1970, houve grandes avanços nas práticas inclusivas, quando na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) divulgou-se a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, no qual protege seus direitos humanos, assegura seu bem-estar, possibilitando desenvolver suas habilidades em variáveis áreas e promover, sempre que possível, sua integração na vida normal (Organização das Nações Unidas, 1975).

Apesar da Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiências, um dos maiores problemas impostos na sociedade, são as barreiras de acessibilidade. Nelas, as limitações são acentuadas e as habilidades impedidas de expressão. A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que segundo esta, “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências”, define o obstáculo, ou entrave, como fatores que limitam e impedem o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas. (Fregolente, 2008, p. 44).

Dentre as barreiras informacionais citadas, Melo (2008, p. 30), aponta alguns quesitos básicos para que uma sociedade, e a biblioteca, seja considerada acessível:

- A. Acessibilidade Arquitetônica: não deve haver barreiras ambientais físicas nas casas, nos edifícios, nos espaços ou equipamentos urbanos e nos meios de transportes individuais ou coletivos;
- B. Acessibilidade Comunicacional: não deve haver barreiras na comunicação interpessoal, escrita e virtual;
- C. Acessibilidade Metodológica: não deve haver barreiras nos métodos e técnicas de estudo, de trabalho, de ação comunitária e de educação dos filhos;

- D. Acessibilidade Instrumental: não deve haver barreiras nos instrumentos, utensílios de estudos, de trabalho e de lazer ou recreação;
- E. Acessibilidade Programática: não deve haver barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas e normas ou regulamentos;
- F. Acessibilidade Atitudinal: não deve haver preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. (Melo, 2008, p. 30)

Quanto às barreiras trabalhadas pela Acessibilidade Programática, Prado (2001), conceitua as barreiras como visíveis e invisíveis. Definida como barreira invisível, são apresentadas como todos os impedimentos concretos que resultam em falta de acessibilidade aos espaços. E a barreira invisível, constituída pela forma que as pessoas diferentes são vistas pela sociedade. A eliminação de uma, ou seja, da barreira visível, pode contribuir para a redução de casos da outra, da barreira invisível.

Seguindo os conceitos de acessibilidade, outra discussão fundamental para a trajetória do assunto, é a representação do Desenho Adaptável, Desenho Acessível e Desenho Universal. Os três termos coexistem ao lado da discussão sobre acessibilidade. Ferrés (2008, p. 37) cita três classificações: a primeira, chamada também de Design Adaptável, refere-se a adaptação de produtos e ambientes a fim de tirar as barreiras que impedem todos de utilizá-los. Trata-se da criação de produtos especiais para coletivos determinados, mediante modificações que não afetam o projeto inicial, tornando meramente viável o espaço físico. Uma vez que é necessário fazer adaptações, o ambiente passa a gerar exclusão, no qual para o contexto, é o oposto de inclusão - pois esta, trata-se de medidas que propiciem o acesso daqueles que estão em condição de desigualdade em relação aos demais, visando equiparar as oportunidades. (Ferrés, 2008, p. 37)

O segundo, desenho acessível, refere-se a fazer projetos que não venha a ter dificuldade para o público. Este, junto com o conceito de ambiente acessível, significa ajustar o ambiente aos requerimentos funcionais e dimensionais, possibilitando a utilização autônoma, com a comodidade e segurança de todos (Ferrés, 2008, p. 37). O desenho acessível, ou seja, livre de barreiras, transformou-se no Desenho universal.

Já o terceiro desenho, mais atual e usado, o Desenho Universal originou-se da arquitetura e foi pensado para proporcionar ambientes acessíveis a toda a população, adotado inicialmente nos Estados Unidos. Na prática, ao invés de preocupar-se com as barreiras já construídas, o desenho universal tende a incluir todas as pessoas, de forma que a construção seja acessível para todos desde o planejamento. Para que produtos e ambientes sejam desenvolvidos com o objetivo de serem usados por todas as pessoas, abrangendo o maior número possível, sem a necessidade de adaptação ou design especializado (Melo, 2008, p. 31).

As ações quanto a concretização da acessibilidade no Brasil é de certa forma recente, pois mesmo que o tema já tenha sido apresentado através da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela ONU em 1948, o Brasil ratificou o Decreto nº 62.150 de 19 de janeiro de 1968, a Convenção nº 111, abordando o assunto.

Dando continuidade às políticas públicas, em 1978 a Constituição recebeu a primeira emenda tratando dos direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, nela “é assegurada aos deficientes a melhoria de condição social e econômica especialmente mediante educação especial e gratuita” (Clemente, 2002, *apud* Garcia, 2004), consolidando os direitos sociais e individuais das Pessoas com Deficiência na Constituição da República de 1988 (Garcia, 2004).

A partir das primeiras políticas públicas federais, foram regulamentadas as Leis Federais nº 10.048 e 10.098 de 2000, em que apresentou uma visão mais ampla do assunto. A primeira, exposta pelo Poder Legislativo, trata do atendimento prioritário nos meios de transportes, sujeito a penalidade quando descumprida. A segunda, elaborada já pelo Poder Executivo, vai além do acesso físico, subdividindo o assunto em acessibilidade ao espaço físico, aos meios de transportes, comunicação, informação e ajuda técnicas (Costa; Maior; Lima, 2005).

Segundo Guerreiro (2012, p. 223), para a acessibilidade urbanística, arquitetônica, mobiliários, equipamentos, transportes, comunicação e informação, é necessário ações que envolvam o planejamento e a organização de recursos e serviços.

Com isso, uma biblioteca acessível não é aquela que facilita o acesso somente de Pessoas com Deficiência, mas sim um espaço pensado e projetado para atender a todos, independentemente da característica que possuam, um ambiente confortável é aquele que se ajusta às necessidades dos usuários. No desenho

universal, os produtos e serviços não são criados ou adaptados pensando em um determinado público, o que seria uma forma de discriminação, mas sim, produtos e serviços desenvolvidos para o coletivo, sem que haja barreiras no uso dos espaços e ferramentas.

Pupo (2008, p. 80) ressalta que o planejamento de uma biblioteca acessível, em questão a instalação e o funcionamento, o acesso deve ser democrático e abrangente para todas as pessoas, tornando-se está a forma ideal. Para a autora, é irrelevante reconhecer pessoas com deficiência, sendo que o mais importante é prestar atendimento e acolher as diferentes pessoas que venham a visitar a unidade de informação. Ainda, Pupo (2008), indica que para seguir com o planejamento de uma biblioteca acessível, devem ter as seguintes medidas:

- A. Conhecimento da instituição na qual a biblioteca se insere;
- B. Ajustes à missão, objetivos e metas institucionais;
- C. Conhecimento do planejamento estratégico institucional;
- D. Envolvimento das pessoas diretamente interessadas;
- E. Noções e fundamentos de Desenho Universal;
- F. Embasamento legal para as justificativas;
- G. Consultas aos portais da temática referencial;
- H. Respaldo de consultas a órgãos governamentais pertinentes;
- I. Resultados de consultas e grupos e associações específicas;
- J. Pesquisas e ou visitas técnicas a outras instituições congêneres;
- K. Consultorias técnicas e entrevistas a outros profissionais que tenham desenvolvido boas práticas. (Pupo, 2008)

Construída seguindo o Desenho Universal desde o princípio, o planejamento ideal e verdadeiramente acessível de uma biblioteca, não exclui e nem adapta estruturas para serem usados, e sim busca atender a maior gama de usuários possíveis com seus cômodos planejados para todos os tipos de públicos, levando em conta suas diferenças antropométricas e sensoriais, de forma mais abrangente possível. No Fortalecimento de Bibliotecas Acessíveis e Inclusivas (2016)

Entende-se aqui que a biblioteca se constitui como um lugar privilegiado de oferta e disponibilização de bens públicos que devem

ser ofertados para todos. Assim, os livros e os conhecimentos construídos pela humanidade ao longo da história são considerados bens públicos.

Assim são os espaços e os equipamentos de ensino e lazer, todos igualmente públicos e acessíveis. Para isso, a biblioteca deve estar preparada para atender, prestar serviços e realizar atividades para pessoas com diferentes perfis demográficos, etários, sociais, educacionais e culturais, compreendendo que a biblioteca é, ou deveria ser, acessível no quesito estrutura, acervo, atividades e ferramentas de auxílio.

Com o intuito de desenvolver ações e projetos em perspectivas acessíveis e inclusivas, as bibliotecas, assim como outros centros culturais, buscam mais entendimento sobre o tema, no qual resulta no investimento e inclusão de acervos em diferentes suportes. Em relação a acervos acessíveis, poucas bibliotecas possuem, e estas, limitam-se apenas a pessoas com deficiência visual ou auditiva. Estes, segundo o Fortalecimento de Bibliotecas Acessíveis e Inclusivas (2016, p. 110) são formados de livros e outros materiais com recursos de acessibilidade, possuindo livros em Braille, audiolivros, livros digitais bilíngues de português, libras e outros. De forma geral, o acervo deve representar as necessidades e interesses dos seus usuários.

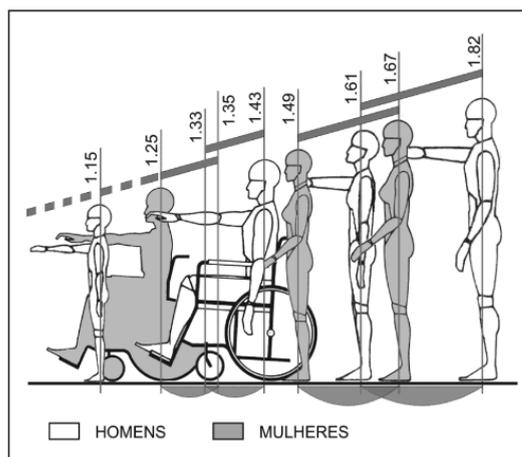
No segundo capítulo da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº 13.146, de 6 de julho de 2015, artigo 68, garante à pessoa com deficiência o direito de acesso à leitura, à informação e à comunicação, adotando mecanismos de incentivo à produção, à edição, à difusão, à distribuição e à comercialização de livros em formatos acessíveis pelo poder público. Quanto aos materiais do acervo

§ 1º Nos editais de compras de livros, inclusive para o abastecimento ou a atualização de acervos de bibliotecas em todos os níveis e modalidades de educação e de bibliotecas públicas, o poder público deverá adotar cláusulas de impedimento à participação de editoras que não ofertam sua produção também em formatos acessíveis. (Brasil, 2015).

Um dos princípios fundamentais da biblioteca pública segundo a IFLA (2013, p. 18), é que seus serviços devem estar disponíveis a todos, e não apenas a um grupo em detrimento de outros. Isto é, todos os serviços e produtos da biblioteca se encontram ao alcance de todos os públicos, sem distingui-los pela linguística, deficiência física ou sensorial, entre outras barreiras, fazendo com que a deficiência

não interfira em suas atividades. Conforme Cambiaghi (2017), é importante compreender a diversidade de pessoas e suas deficiências, uma vez que, é necessário criar ambientes e produtos que possam ser usados por todas as pessoas com o maior proveito possível. Nesse sentido, apresenta-se na Figura 1, uma ilustração dessas diversidades e perfis dos usuários.

FIGURA 1: Diversidade de usuários.



Fonte: Cambiaghi (2017).

Perante a apresentação da diversidade de usuários, Figura 1, é importante salientar a preocupação com a acessibilidade dos espaços quanto ao design de produtos, interiores e da arquitetura, para as diferentes pessoas. Não só a adaptação, mas a criação de ambientes e objetos planejados para o uso de todos, independente da sua limitação. É um assunto que se faz presente tanto na biblioteca pública, quanto em todos os lugares, a fim de tornar corriqueiros as práticas inclusivas de acesso às Pessoas com Deficiência. Para isso, entende-se que Pessoas com Deficiência, de acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007, p. 16), são;

[...] aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

No planejamento de uma biblioteca, é importante analisar o espaço físico disponível, para que a estrutura projetada possa atender todas as demandas, sejam

elas, de portar um ambiente acessível tanto da estrutura física como do mobiliário. Para os autores Silva, Costa e Barros (2019, p. 75);

O planejamento deve possuir uma visão bem ampla, alcançando a todos que a integram, de modo que a satisfação dos usuários seja efetiva. Sendo assim, a elaboração do planejamento em uma Biblioteca Pública é fundamental para identificar as suas condições atuais, incluindo o seu estado interno e externo da unidade.

Com isso, trata-se também, de organizações que precisam traçar estratégias que potencializam seus rendimentos e atendam igualmente seus usuários, permitindo, portanto, que as bibliotecas públicas se capacitem diante das mudanças, evitando restrições ou extinções da socialização do saber (Silva; Costa; Barros, 2019, p. 74).

Atualmente, as bibliotecas estão em constante atualização e mudança, e novos recursos tecnológicos são utilizados para o registro e disseminação da informação. Levy (1999, p. 17) destaca que as novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) causaram profundas transformações nos espaços sociais, fazendo com que os acervos digitalizados e a transmissão eletrônica de documentos sejam integrados nas unidades de informação do século XXI, modificando a organização e recuperação da informação nas bibliotecas (Pupo, 2008, p. 19). Surgida das transformações feitas pelas TICs, a Cibercultura aparece para fazer parte do ambiente da biblioteca, cultura essa que interferiu não só nos espaços sociais, mas nas relações humanas, nos processos de comunicação, disseminação da informação e aprendizagem.

Conforme Barros (2002, p. 157), em decorrência das novas tecnologias de comunicação, a dinâmica informacional da biblioteca pública passou a disponibilizar e garantir seu acesso democraticamente. As tecnologias digitais e virtuais estão presentes no cotidiano em variados espaços, e esses ambientes precisam pensar também nas ferramentas tecnológicas, especialmente as tecnologias assistivas, considerando seus diferentes usuários. Segundo Barros (2002, p. 159);

[...] o contato com as novas tecnologias de informação e comunicação, o computador, a internet, se faz essencial para a educação, a formação do indivíduo e sua interação com o mundo, representa o avanço da ciência e tecnologia, expressa a evolução histórica da nova sociedade emergente, como também o domínio dessa ferramenta a efetiva prática da cidadania.

Como espaço de promoção da informação e cultura, como prevê a Constituição de 1988, citado por Barros (2002, p.157), "é assegurado a todos o acesso à informação", teoricamente, isso faz com que a biblioteca pública atenda à sua comunidade, disponibilizando os benefícios das novas ferramentas tecnológicas. Nesse contexto, com a implantação de ferramentas tecnológicas nas bibliotecas, contribui para que todos os cidadãos ponham em prática seus direitos e deveres através de uma presença mais participativa nas esferas políticas, sociais e culturais, a fim de conquistar uma vida mais independente e justa na sociedade (Barros, 2002. p. 162).

Em geral, convivemos com ferramentas que facilitam o dia a dia o tempo todo e para tudo, que estão em constante desenvolvimento sempre, sejam os automóveis, os celulares, calculadoras etc., artefatos que nos ajudam a desenvolver atividades domésticas, de trabalho e lazer. Entre muitas ferramentas que auxiliam no cotidiano, os recursos tecnológicos são aqueles que englobam produtos e serviços que buscam promover a autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social através da possibilidade de participação de pessoas com deficiência, dificuldades ou mobilidade.

Considerada como uma alternativa que visa suprir alguma incapacidade relacionada entre a capacidade funcional da pessoa e a demanda por determinada atividade, Santos e Carvalho (2020, p. 10) comentam que a Tecnologia Assistiva,

refere-se a um conjunto de serviços, produtos e ferramentas desenvolvidos através da tecnologia, para facilitar as atividades no cotidiano das pessoas com alguma limitação física, sensorial ou intelectual, e garantir a elas o máximo possível de autonomia.

Segundo Bersch (2017, p. 2),

Tecnologia assistiva é o termo utilizado para identificar todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover vida independente e inclusão.

O Comitê de Ajudas Técnicas (CAT)¹, aponta que a TA pode ser entendida como;

[...] área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (Brasil, 2007).

Os recursos e equipamentos de Tecnologia Assistiva contribuem significativamente para a qualidade de vida das pessoas com deficiência, sucessivamente, a presença dessas tecnologias amplia as possibilidades de inclusão social. Segundo o Fortalecimento de bibliotecas acessíveis e inclusivas (2016, p. 121), o intuito de gerar democratização do acesso aos materiais e espaços da biblioteca, a tecnologia assistiva facilita o acesso não só das pessoas com deficiência mas também de todos os públicos, atendendo a todas as suas particularidades.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, nº 13.146 de 6 de Julho de 2015, que trata do acesso à informação e à comunicação, determina que o poder público deve assegurar a disponibilidade e o acesso às informações corretas e claras sobre os diferentes produtos e serviços ofertados, por quaisquer meios de comunicação empregados, sejam elas virtuais e(ou) não, de forma que o direito de acesso seja usufruído por todos, inclusive ofertando ambientes adequados e acessíveis, e recursos assistivos. (Brasil, 2015). Em contribuição com a Lei, o Decreto nº 10.645 de 11 de março de 2021, dispõe sobre as diretrizes, os objetivos e os eixos do Plano Nacional de Tecnologia Assistiva, auxiliando na promoção do acesso, assim como na eliminação, redução ou superação de barreiras à inclusão social por meio do acesso e do uso das tecnologias assistivas e tudo que engloba as políticas de disponibilização das TA. Para Albuquerque, Sousa e Guimarães (2015, p. 44),

Garantir a acessibilidade estrutural (aspectos físicos ou de infraestrutura) e informacional (digital) aos usuários é fundamental para democratizar o acesso e uso da informação disponibilizada nos diversos contextos analisados.

¹ Comitê constituído por especialistas brasileiros e representantes de órgãos governamentais, com o objetivo de apresentar propostas de políticas governamentais e parcerias entre a sociedade civil e órgãos públicos referentes à área de tecnologia assistiva etc. (Bersch, 2017)

Muitos são os objetos que se pode chamar de tecnologia, pois ao longo dos anos o ser humano foi desenvolvendo métodos e equipamentos para facilitar a sua sobrevivência. Bersch (2017, p. 5) explica que as TAs, ou tecnologias de apoio, servem à pessoa com deficiência que necessita desempenhar funções do cotidiano de forma independente, auxiliando na vida diária e prática. Dentre os suportes tecnológicos assistivos para o auxílio das Pessoas com Deficiência, diferentes ferramentas podem ser adotadas e disponibilizadas pelas bibliotecas públicas, incentivando o uso da informação.

Alguns exemplos de equipamentos tecnológicos presentes nas bibliotecas e nos espaços acessíveis são os de ajuda assistiva para Pessoas com Deficiência Visual, baixa visão ou cegueira completa. Essa tecnologia, basicamente, faz o trabalho de transcrever para a linguagem falada o conteúdo textual presente na tela do dispositivo eletrônico, como computadores, celulares e tablets, assim como a lupa, que serve para ampliar as telas. Todas elas, com o intuito de transmitir as informações presentes na página.

Para as Pessoas com Deficiência física ou mobilidade reduzida de membros superiores e/ou inferiores, existem opções de equipamentos que funcionam por acionamento de diferentes partes do corpo, facilitando na digitação e movimentação. Assim como as Pessoas com Deficiência auditiva que contam com ferramentas de acessibilidade desenvolvidas para facilitar o dia a dia, permitindo autonomia para a realização de atividades que envolvem comunicação e interação.

Para pessoas com limitações psicológicas, existem produtos e equipamentos de ajuda geral com diversas funções que auxiliam e promovem atividades inclusivas, entre outras vantagens. Entre elas, tem-se softwares que contribuem para a equiparação de oportunidades para pessoas com diferentes características, como: DosVox, Braille Fácil, Virtual Vision, MECDAISY, BrowseAloud Todos os Sites, Hand Talk, VLibras, ProDeaf, Headmouse e Teclado Virtual, todos estes, trata-se de tecnologias gratuitas ou de baixo custo, que são e podem fazer parte das bibliotecas.

Além disso, Suaiden (2000, p. 57) ressalta a existência de “novos paradigmas tecnológicos e sociais e do modelo de desenvolvimento sustentável”. Nesse contexto, já havia uma visão da biblioteca pública como um espaço para se trabalhar a correção dos problemas passados, “como criar uma interação adequada com a comunidade e implantar produtos que de fato facilitem o acesso à sociedade da

informação”. As tecnologias avançadas no âmbito da informação, gerou e continua gerando possibilidades de interação entre os avanços sociais e os cidadãos, que por alguma limitação, não são totalmente contemplados com os benefícios criados pelas mudanças.

A política governamental brasileira voltada para a TA sinaliza para o atendimento das deficiências dos sujeitos, reconhecendo seus direitos de cidadãos em receber os recursos os quais demandam. (Fraz, 2018, p. 531).

Nesse contexto, as Tecnologias Assistivas se articulam para as mudanças sociais ao ponto que acompanhem o avanço acelerado das tecnologias da informação e inclusivas, bem como da acessibilidade virtual. Sendo mecanismos da web que colaboram para o acesso com autonomia de todas as pessoas. Visando não somente as barreiras arquitetônicas, mas sim a virtual, pois esta, apresenta recursos e ferramentas assistivas de acesso à informação na web. Destaca-se por fim, como as mudanças sociais, econômicas e políticas ocorridas norteiam o atendimento aos usuários da informação, entre eles, às pessoas com deficiência. (Hott; Fraz, 2019).

Para isso, a TA contribui de forma significativa para a inclusão social de todas as pessoas, inserindo-as no desenvolvimento tecnológico. Contudo, com base na situação econômica da sociedade brasileira, os recursos que se fazem essenciais para a inclusão digital e o atendimento às especificidades das pessoas, encontram-se com custos elevados para o suporte financeiro público, dificultando a aquisição destes.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Entende-se, conforme exposto por Gil (2008, p. 42), que pesquisa é definida como um conjunto de ações em que, através de procedimentos metodológicos, busca-se respostas para os questionamentos propostos na formulação do tema. Nesse sentido, os métodos científicos são processos racionais para chegar ao resultado da pesquisa. Para Lakatos e Marconi (2003, p. 83) são atividades sistemáticas que permitem alcançar os objetivos de forma econômica e segura. O que, com isso, gera o conhecimento científico, que para Chalmers (1993, p. 23), é um conhecimento provado.

Para isso, a metodologia científica auxilia na organização das etapas e o caráter da pesquisa, em busca de respostas válidas e verdadeiras. Assim, essa pesquisa será feita através de um conjunto de procedimentos metodológicos com o fim de familiarizar-se com o assunto e explorar o processo desde o início até a conclusão da pesquisa.

Em relação a abordagem, a pesquisa será qualitativa e quantitativa, a primeira apresentará a discussão sobre o tema da pesquisa e o que está sendo discutido pelos pesquisadores da área, para Oliveira (2007, p. 66) a pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como sendo uma "tentativa de se explicar em profundidade o significado e as características do resultado das informações obtidas". Já a segunda, será utilizada na representação da busca e recuperação das revistas da área da Ciência da Informação, nesse sentido, a abordagem quantitativa, para Silva e Menezes (2001), significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las.

Para responder aos objetivos propostos, a pesquisa se dará de natureza exploratória, descritiva e bibliográfica. Exploratória quanto ao fato de, segundo Silva e Menezes (2001) "proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses". Gil (2008), define que o objetivo da pesquisa exploratória é proporcionar uma visão geral, acerca de determinado fato, para que se tenha uma delimitação dos caminhos da pesquisa, resultando em um produto mais específico e capaz de seguir com o desenvolvimento da pesquisa futuramente.

A apresentação dos dados se dará de forma descritiva, será feita a descrição das características dos trabalhos discutidos e seu envolvimento com o tema proposto na definição da pesquisa. Para Gil (2008), a pesquisa deste tipo tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Neste caso, a pesquisa se desenvolverá, a partir das bibliografias, entender o contexto das bibliotecas públicas e as condições de uso de seus recursos, com foco no público, nos produtos e serviços específicos.

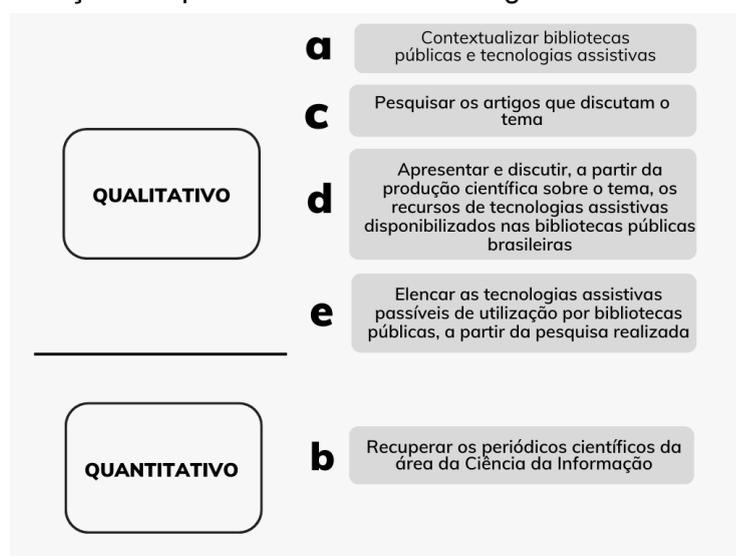
Contribuindo, a pesquisa caracterizou-se como bibliográfica, que também para as autoras citadas, a partir de material já publicado, fez-se uma análise de exemplos que estimulem a compreensão do problema, Cervo e Bervian (2002, p. 65) apontam que ela “procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos”.

Para a revisão bibliográfica, discutiu-se os trabalhos publicados nas revistas científicas com o intuito de investigar as pesquisas sobre os assuntos: tecnologia assistiva e bibliotecas públicas. Para Lakatos e Marconi (2003, p.183), pesquisa bibliográfica é aquela onde o pesquisador busca os dados e fundamentos concretos para a sua pesquisa, em fontes secundárias, no qual são todos os materiais científicos já tornados públicos. Nesse sentido, a Figura 2 ilustra os caminhos percorridos para o desenvolvimento da pesquisa.

3.1 Etapas da pesquisa

Exemplifica-se que para alcançar os objetivos específicos, ilustrados na Figura 2, a pesquisa se dará nas seguintes etapas:

FIGURA 2: Apresentação dos procedimentos metodológicos.



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Primeiramente, contextualizar-se-á os temas “bibliotecas públicas” e “tecnologias assistivas”, como forma de compreender o uso das tecnologias assistivas no espaço e serviços das bibliotecas públicas, sendo esta, a ideia principal da pesquisa.

Com a contextualização dos temas, pesquisar-se-á na plataforma Diadorim do Ibict, as revistas da área da Ciência da Informação. Segundo a própria plataforma, o Diadorim é um Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras, ou seja, faz parte do conjunto de serviços de acesso aberto do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, no qual seu objetivo é identificar, sistematizar e disponibilizar as informações das políticas estabelecidas pelas editoras dos periódicos brasileiros ali contidos, referentes ao armazenamento dos artigos nos repositórios institucionais (Ibict, 2023).

No Diadorim, foram recuperadas 37 revistas, na primeira etapa da pesquisa, contudo, na segunda etapa, a quantidade de revistas recuperadas foi de 38. Nas revistas filtradas da área da Ciência da Informação algumas buscas recuperaram números de artigos diferentes da primeira vez, porém nenhuma mudança na quantidade de artigos selecionados.

Em seguida, foram pesquisados em cada uma das revistas os artigos que foram selecionados, a partir dos descritores:

bibliotec públic* AND tecnologi* assistiv*;*

biblioteca pública AND tecnologia;

biblioteca AND acessibilidade

No primeiro descritor, optou-se pela busca truncada com a intenção de recuperar publicações tanto no singular quanto no plural, enquanto nos outros, optou-se por diversificar os termos, por não ter recuperado todos os materiais apenas com a busca truncada, tomou-se a escolha para que não comprometesse o resultado da pesquisa, tornando-a falha. Para concluir os objetivos propostos, seguiu-se uma abordagem qualitativa e quantitativa, a partir de uma natureza exploratória-descritiva, utilizando uma revisão bibliográfica.

Logo, são apresentadas as revistas eletrônicas selecionadas na plataforma Diadorim, organizadas no Quadro 1 pelo seu título e seu link de acesso ao site.

QUADRO 1: Lista das revistas recuperadas no portal Diadorim.

REVISTA	LINK
Asklepion (Rio de Janeiro)	https://revistaasklepion.emnuvens.com.br/asklepion/index
AtoZ (Curitiba)	https://revistas.ufpr.br/atoz
BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (Online)	https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/index
CAFI (São Paulo)	https://revistas.pucsp.br/index.php/CAFI/index
Ciência da Informação (Online)	https://revista.ibict.br/ciinf
Ciência da Informação em Revista	https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/index
Comunicação & Informação (Online)	https://revistas.ufg.br/ci
Conci	https://seer.ufs.br/index.php/conci/
EmpíricaBR	https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/EmpiricaBR
Encontros Bibli	https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb
Folha de rosto	https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto
InCID	https://www.revistas.usp.br/incid
Inclusão Social (Online)	https://revista.ibict.br/inclusao
Informação & informação (Online)	https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao
Informação & Tecnologia	https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/itec/index

Informação em Pauta	http://www.periodicos.ufc.br/index.php/informacaoempauta/index
Informação@Profissões	https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof
iSys	http://seer.unirio.br/index.php/isys
LALCA	https://lalca.acv.ibict.br/lalca/about
Liinc em revista	https://revista.ibict.br/liinc
Múltiplos Olhares em Ciência da Informação	https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/index
Logeion	https://revista.ibict.br/fiinf
P2P & Inovação	https://revista.ibict.br/p2p
Psicólogo inFormação (Online)	http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_serial&pid=1415-8809&lng=pt&nrm=iso
RBBB. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (Online)	https://rbbd.febab.org.br/rbbd
RECIIS (Online)	https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/index
Revista Bibliomar (Online)	http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bibliomar
Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação	https://portal.abecin.org.br/rebecin
Revista Cajueiro	https://seer.ufs.br/index.php/Cajueiro
Revista de Estudos de Gestão, Informação e Tecnologia	http://www.revista.fatecitaqua.edu.br/index.php/regit/index
Revista de Informação Contábil	https://periodicos.ufpe.br/revistas/ricontabeis
Revista de Informação Legislativa (Online)	https://www12.senado.leg.br/ril
Revista Eletrônica de Sistemas de Informação	https://www.periodicosibepes.org.br/index.php/reinfo
Revista Ibero-americana de Ciência da Informação	http://periodicos.unb.br/index.php/rici
Revista Informação em Cultura	https://periodicos.ufersa.edu.br/ric
Revista Informação na Sociedade Contemporânea	https://periodicos.ufrn.br/informacao
Revista Negócios e Tecnologia da Informação (Online)	http://publica.fesppr.br/index.php/rnti
Senac.Doc (Online)	https://www.senacdoc.senac.br/doc

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Apresenta-se no Quadro 1 as revistas recuperadas através da página de busca do portal Diadorim. Nela, recuperaram-se 38 revistas científicas com o filtro “Ciência da Informação”, das quais não foram consideradas, as revistas Asklepion; Empírica BR; LALCA; Psicólogo inFormação; Revista de Informação Contábil;

Revista Negócios e Tecnologia da Informação; Revista de Informação Legislativa e a Senac. Doc. Essas não pertencem à área da Ciência da Informação, apesar de recuperadas na busca, enquanto o restante das revistas enquadra-se na área. Todas, entretanto, de acesso aberto e de idioma português.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi descrito no quadro, o nome das revistas e seu link de acesso. Em continuidade à pesquisa, a segunda etapa foi selecionar os artigos científicos de cada revista que discutem os temas sobre “tecnologias assistivas nas bibliotecas públicas”.

QUADRO 2: Quantidade de artigos recuperados e selecionados com os descritores apresentados.

Revista	bibliotec* públic* AND tecnologi* assistiv*	biblioteca pública AND tecnologia	biblioteca AND acessibilidade	Artigos selecionados
Asklepion (Rio de Janeiro)	0	11	4	0
AtoZ (Curitiba)	1	7	2	0
BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (Online)	0	7	1	0
CAFI (São Paulo)	0	0	0	0
Ciência da Informação (Online)	0	24	9	1
Ciência da Informação em Revista	0	3	3	1
Comunicação & Informação (Online)	1	0	0	0
Conci	3	7	11	1
EmpíricaBR	0	1	0	0
Encontros Bibli	3	84	33	1
Folha de rosto	0	2	5	3
InCID	0	8	4	0
Inclusão Social (Online)	2	3	5	1
Informação & informação (Online)	0	4	8	4
Informação & Tecnologia	0	0	0	0
Informação em Pauta	4	4	6	0

Informação@Profissões	0	3	3	0
iSys	0	0	0	0
LALCA	0	0	0	0
Liinc em revista	0	4	1	0
Logeion	2	6	0	0
Múltiplos Olhares em Ciência da Informação	0	2	2	0
P2P & Inovação	0	7	0	0
Psicólogo inFormação (Online)	0	0	0	0
RBBB. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (Online)	0	0	1	1
RECIIS (Online)	1	5	1	0
Revista Bibliomar (Online)	2	3	5	1
Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação	3	5	3	0
Revista Cajueiro	0	4	2	0
Revista de Estudos de Gestão, Informação e Tecnologia	0	0	0	0
Revista de Informação Contábil	0	1	1	0
Revista de Informação Legislativa (Online)	1	17	2	0
Revista Eletrônica de Sistemas de Informação	0	0	0	0
Revista Ibero-americana de Ciência da Informação	1	5	7	0
Revista Informação em Cultura	0	0	1	0
Revista Informação na Sociedade Contemporânea	2	1	2	0
Revista Negócios e Tecnologia da Informação (Online)	0	0	0	0
Senac.Doc (Online)	0	0	1	0

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

No Anexo , apresenta-se a quantidade de artigos recuperados com os descritores *bibliotec* públic* AND tecnologi* assistiv**, *biblioteca pública AND tecnologia* e *biblioteca AND acessibilidade*, assim como os artigos selecionados para a discussão da pesquisa.

Após a análise dos títulos, resumos e palavras-chave, selecionou-se 14 trabalhos no qual o enfoque é a acessibilidade nas bibliotecas públicas brasileiras. Por último, apresentando os trabalhos selecionados, a discussão dos dados se deu através do conteúdo de cada artigo e como os autores abordaram a questão da acessibilidade no espaço das bibliotecas públicas.

3.2 Universo/população e amostra

O universo da pesquisa são as revistas científicas brasileiras da área da Ciência da Informação recuperadas da base de dados Diadorim do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). Para melhor compreensão, Gil (2008, p. 89) conceitua o universo ou população como um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características; na pesquisa, o universo é a apresentação de um total de componentes no qual a partir deste, seleciona-se um conjunto menor a ser estudado.

O subconjunto deste universo, denominada amostra, são os 14 artigos, que após a análise, foram selecionados para a discussão sobre a temática. A amostra, segundo Gil (2008, p. 90), é um subconjunto, como já citado acima, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo, ou seja, de todas as 38 revistas científicas pesquisadas.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nesta seção tem-se o objetivo de apresentar os dados coletados e analisados, organizados de forma cronológica para identificar o ano de cada publicação. Após aplicar os critérios de inclusão e exclusão nas produções recuperadas, no qual foi feita uma leitura técnica e identificado se o assunto principal do texto era de relevância para o tema da pesquisa, o Quadro 3 apresenta os documentos selecionados que fizeram parte da revisão bibliográfica.

QUADRO 3: Artigos selecionados para a etapa de discussão do resultado da pesquisa.

TÍTULO	AUTOR(ES)	ANO	REVISTA
Bibliotecas públicas e telecentros: ambientes democráticos e alternativos para a inclusão social	Angela Maria Barreto; Maria Dulce Paradella; Sônia Assis.	2008	Ciência da Informação
A biblioteca pública e os deficientes físicos	Solange de Oliveira Jacinto	2008	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Ciência da Informação
Percepções Sobre Biblioteca Inclusiva	Cícero Carlos de Oliveira da Silva; Maria Cleide Rodrigues Bernardino	2015	Folha de Rosto
Bibliotecas do Município de Capela/Alagoas: Condições de acesso à informação e inclusão social	Celiane Reis da Silva; Nelma Camêlo de Araujo	2016	Ciência da Informação em Revista
Mediação da Informação no Contexto das Tecnologias da Informação e Comunicação: uma reflexão sobre o impacto dessas ferramentas em bibliotecas públicas	Andressa Rayanne Souza Garcia; Ana Livia Mendes de Sousa	2017	Folha de Rosto
Produção de conteúdos e livros em múltiplos formatos acessíveis para pessoas com deficiência e seus desafios para ampliação da esfera pública	Carla Simone da Silveira Mauch	2017	Inclusão Social
As tecnologias assistivas para a educação na biblioteca pública	Erika Jordana Serra Matos; Raysa Beatriz da Silva Lemos; Juliene Lobato da Silva	2017	Bibliomar

Diagnóstico sobre acervo inclusivo nas bibliotecas públicas de Sergipe	Telma de Carvalho; Lorena Bomfim Bastos	2018	CONCI
Exclusão e inclusão digital em bibliotecas públicas municipais da Região Metropolitana de Belo Horizonte: análise do serviço de acesso à internet disponibilizado pelas instituições para o exercício da cidadania	Luciana Gonçalves Silva Souza; Lígia Maria Moreira Dumont	2018	Encontros Bibli
A biblioteca pública como ambiente de mediação da informação para o usuário da terceira idade	Raquel do Rosário Santos; Iveth da Costa Ribeiro; Ana Claudia Medeiros de Sousa	2019	Informação e Informação
Entre técnica e reflexão: um estudo da função social das bibliotecas públicas a partir da teoria crítica	Mariana Rodrigues Gomes de Mello; Daniel Martínez Ávila; Leda Maria Araujo; Marta Lígia Pomim Valentim	2020	Informação e Informação
Usuários surdos e acessibilidade em bibliotecas: uma revisão da literatura científica brasileira	Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos	2020	Informação e Informação
Acessibilidade em Bibliotecas, no horizonte da Agenda 2030: reflexões necessárias	Michelle Karina Assunção Costa; César dos Santos Moreira; Dalgiza Andrade Oliveira	2021	Folha de Rosto
A biblioteca pública como espaço em disputa	Willian Eduardo Righini de Souza	2021	Informação e Informação

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Para alcançar o objetivo C, de “pesquisar os artigos que discutam o tema”, após o filtro realizado em todos os trabalhos recuperados, é apresentado no Quadro 3 os artigos selecionados que trazem de forma integral os temas que norteiam a pesquisa, assim como seu título, os autores, o ano de publicação e a revista no qual estão publicados.

A pesquisa objetivou identificar através da busca e recuperação de artigos das revistas brasileiras, a produção científica no campo da Ciência da Informação, onde o tema discutido fosse bibliotecas públicas e acessibilidade. Quanto aos resultados, delimitou-se a 14 artigos nos quais os assuntos “tecnologia assistiva” e “biblioteca pública” são discutidos de forma conjunta, discorrendo da realidade e acontecimentos da inclusão social no espaço das bibliotecas públicas.

Como exposto no Quadro 3, os trabalhos selecionados foram publicados em um período de 2008 até 2023, no qual não se recuperou os anos anteriores com os descritores usados, tão pouco os trabalhos depois de 2021, no caso de houver publicações atuais.

Nota-se que a revista que contém maior número de publicações é a Informação e Informação contendo 4 artigos sobre o tema, seguido da revista Folha de Rosto com 3 artigos, as demais revistas apresentaram um artigo no resultado da pesquisa. É importante salientar, que o artigo da Revista Brasileira de Biblioteconomia e Ciência da Informação não foi recuperado de forma sistemática como os demais artigos, por conta da website da revista não apresentar o mecanismo de busca para passar pelo processo de busca dos descritores da pesquisa. Com isso, este artigo foi recuperado na fase da elaboração do referencial teórico, sendo considerado relevante a inclusão deste na lista de artigos selecionados para a discussão do trabalho, na qual veremos na próxima seção.

4.1 Discussão dos artigos selecionados

Após a análise dos artigos recuperados com os descritores citados na metodologia, selecionou-se 14 documentos considerados relevantes para a discussão do tema. Neles, os autores abordaram assuntos quanto à acessibilidade do espaço físico, à informação para todos os tipos de usuários, e às ferramentas inclusivas para as Pessoas com Deficiência.

Discorrendo sobre a importância do acesso à informação, é consenso dos autores apresentados que as bibliotecas públicas contribuem no desenvolvimento da sociedade, através da disponibilização de informação. Fazendo com que ocorram mudanças na sociedade como conhecemos, transformando-a em um espaço mais democrático e inclusivo. Ao desempenhar seu papel social, as bibliotecas colaboram na minimização dos problemas encontrados na comunidade, isto é, na diferença entre os que têm acesso à informação e os que são excluídos da sociedade informacional.

No decorrer da discussão, a acessibilidade é entendida, de forma generalizada, como acesso livre, ou seja, de que os usuários têm livre acesso à biblioteca, e não como uma forma de tornar o espaço e os recursos acessíveis para

todos os públicos. Em alguns dos trabalhos não há menção da acessibilidade para Pessoas com Deficiência, mas incentiva o uso da tecnologia para o acesso à informação. Conforme visto nos trabalhos, algumas bibliotecas públicas ainda são referência em inclusão social, pois apesar de haver muitas barreiras, sejam elas quaisquer, ainda há a importância de praticar a inclusão e acessibilidade para todas as pessoas.

Compreendendo os benefícios da mediação da informação através de ferramentas digitais no âmbito da Biblioteca Pública Barreto; Paradella e Assis (2008) destacam a necessidade desta, para servir de meio para estender o acesso à internet para a metade da população brasileira que ainda não tem acesso. Se espera ainda que bibliotecários e profissionais da informação consigam, junto com a equipe de funcionários, criar práticas e projetos onde o uso da tecnologia incentive o acesso à informação.

Com isso, as autoras Barreto, Paradella e Assis (2008) contextualizam tanto as bibliotecas públicas quanto os telecentros, contribuindo já no ano de 2008 para o debate que faz desses espaços, democráticos e alternados para diferentes públicos, ressaltando o propósito de incluir socialmente, segundo as autoras, “as camadas sociais mais desfavorecidas”. Enquanto essas autoras trazem o processo da democratização da informação de forma geral, Jacinto (2008) explana sobre as bibliotecas públicas, e estritamente, para as Pessoas com Deficiência.

Ainda, de acordo com o Censo de 2000 (*apud* Jacinto, 2008), a “presença de deficiência aumenta o nível de dificuldade dessas pessoas em superarem problemas”, isto é, as limitações físicas suprime as oportunidades em áreas como educação, profissional e social. Contextualizando as primeiras leis e decretos brasileiros sobre Pessoas com Deficiência, a autora compara as resoluções da década de 1990 com a realidade em que vivia em 2008 onde, na época, concluiu que as bibliotecas públicas brasileiras ainda não estavam aptas a receber o usuário deficiente.

Apresentando um salto na linha do tempo, os autores Silva e Bernardino (2015) discutem sobre o papel da Biblioteca no contexto inclusivo, enfatizando o usuário em si, suas necessidades e seu bem-estar no domínio da biblioteca, independente de suas limitações. Silva e Bernardino (2015) apontam, diferente dos trabalhos anteriores, questões que permeiam o âmbito da ergonomia do espaço

físico, no qual adentram os termos Desenho Universal e a acessibilidade, como forma de tornar as bibliotecas, ambientes mais inclusivos.

Silva e Araújo (2016), buscaram identificar os recursos disponíveis nas bibliotecas públicas que proporcionam a inclusão informacional da população no contexto também da inclusão social. Os autores, além de discutirem a acessibilidade física, também analisam as iniciativas e os recursos disponíveis nas bibliotecas municipais que promovem acesso a todas as pessoas.

Assim como Silva e Araújo (2016) contextualizam as condições de acesso à informação e a inclusão social por meio dos recursos disponíveis nas bibliotecas públicas, as autoras Garcia e Souza (2017), contribuem com a discussão compreendendo os benefícios da mediação da informação através de ferramentas digitais, as autoras também discorrem sobre o impacto das Tecnologias da Informação e Comunicação no âmbito das bibliotecas públicas, no qual acredita-se que esse viés das TICs impulsiona o desenvolvimento do cidadão, contribuindo na inserção das pessoas tanto com deficiência, quanto sem, na sociedade através do uso da informação.

Seguindo o tema sobre ferramentas digitais, a autora Mauch (2017), explana sobre a produção de livros em diferentes formatos, que os tornam acessíveis, a fim de ressaltar os direitos das Pessoas com Deficiência quanto à informação. Isto é, notabilizar a disponibilidade e o acesso ao conhecimento através da produção de conteúdo em múltiplos formatos acessíveis para todas as pessoas. Acrescenta-se ao assunto, as autoras Matos; Lemos e Silva (2017) que abordam em sua pesquisa as Tecnologias de Informação e Comunicação para citar a acessibilidade como a temática principal do seu estudo. Sendo assim, as autoras, no resultado de sua pesquisa, corroboram ao tema apresentando a formação dos funcionários, as tecnologias existentes, assim como as atividades desenvolvidas que proporcionam a inclusão social do público deficiente.

Por sua vez, Carvalho e Bastos (2018), debatem sobre as condições de acesso à informação para as Pessoas com Deficiência, levando em consideração a oferta de recursos acessíveis e o treinamento dos funcionários, assim como Matos, Lemos e Silva (2017). Ao passo que os autores já citados abordam questões como acessibilidade física e as ferramentas tecnológicas ofertadas nas bibliotecas públicas, Souza e Dumont (2018) expõem as dificuldades ocasionadas pelos

recursos digitais que auxiliam na inclusão informacional e social de Pessoas com Deficiência. Ao mesmo tempo que a perspectiva do acesso à informação através de ferramentas tecnológicas facilitam o uso e o convívio desse público no âmbito digital, empecilhos como internet, disponibilidade de recursos, e oferta de serviços personalizados para atender a toda comunidade, colaboram para o índice de exclusão social (Souza e Dumont, 2018).

Somando à reflexão das autoras anteriores, Souza e Dumont (2018), Santos, Ribeiro e Sousa (2019) no ano consecutivo a sua pesquisa, refletem sobre a biblioteca pública como

[...] um ambiente de mediação da informação, analisa-se o espaço físico como um elemento importante para o desenvolvimento intelectual dos usuários, porque o conjunto de materiais da biblioteca tem como objetivo possibilitar e facilitar o uso da informação (Santos, Ribeiro e Sousa, 2019).

Para isso, por ser um local de apropriação e disponibilização da informação, é importante o destaque ao usuário da terceira idade. Ao realizar atividades e ações a fim de mediar o uso da informação e das ferramentas que auxiliam o uso desta, se estará apoiando o desenvolvimento tanto pessoal do público idoso, quanto na formação de um sujeito social ativo e com autonomia de aproveitar os benefícios da tecnologia e do que a biblioteca pode oferecer no sentido informacional e cultural. Partindo da ideia da mediação da informação, Mello *et al.* (2020) relaciona, em sua pesquisa, a biblioteca pública como um espaço de emancipação. Assim como discutido no artigo das autoras Santos, Ribeiro e Sousa (2019), as ações que contribuem para o desenvolvimento do sujeito no âmbito social e informacional, transformam os cidadãos e, conseqüentemente, a sociedade na qual estão inseridos.

Em contrapartida, o estudo de Santos, também em 2020, adentra o tema sobre os usuários com deficiência auditivas e a acessibilidade para estes nas bibliotecas públicas. Ao reconhecer a necessidade de engajar e promover a língua de sinais nos espaços sociais, uma vez que os usuários surdos necessitam de métodos inclusivos para a convivência em sociedade, tanto pela comunicação, quanto para seu bem-estar, o universo informacional e tecnológico não poderia deixar de ser um fator essencial também para, inclusive, toda a comunidade. Para isso, Santos (2020) apresenta, a partir de sua pesquisa, a quantidade de estudos

encontrados sobre a temática da acessibilidade para surdos no contexto das bibliotecas, que para a autora, “seja pela ação humana ou pelo uso de sistemas de informação específicos”.

No estudo publicado no ano de 2021, as autoras Costa; Moreira e Oliveira, desenvolvem um diálogo acerca da acessibilidade e inclusão no horizonte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, que configura-se por um plano de ação com a intenção da construção de uma sociedade para todos, o que inclui promover a liberdade, a prosperidade, a paz, a sustentabilidade do planeta, e a inclusão de todas as pessoas, entre outros assuntos de relevância mundial (Organização das Nações Unidas, 2016 *apud* Costa, Moreira e Oliveira, 2021). Com o planejamento da agenda 2030, enfatiza-se o espaço da biblioteca como um cenário propício à acessibilidade para que a construção de uma sociedade mais justa e igualitária seja trabalhada ao decorrer do período estipulado até 2030.

Para Souza (2021) em sua pesquisa, “investigar os diversos usos do espaço da biblioteca pública e as oportunidades que ele oferece para os seus usuários reais e potenciais”. Isto é, a riqueza da biblioteca vai além do seu acervo e de seus objetos, mas também da oportunidade de acolher e receber diferentes públicos, com suas limitações e vulnerabilidade econômica. No qual proporciona a sua comunidade a interação, sociabilidade e inclusão através da disponibilização de atividades e recursos informacionais que atendam as necessidades de todas as pessoas, no qual o autor destaca a acessibilidade e a permanência de diferentes indivíduos no espaço da biblioteca pública.

Conforme a leitura e a discussão dos artigos aqui apresentados, os recursos tecnológicos assistivos passíveis de utilização por bibliotecas públicas destacados nas publicações analisadas, são:

- Impressora braille;
- Áudio livros;
- Livros em Libras;
- Televisores com legendas;
- Teclado colméia;
- Regletes;
- Scanner de voz;
- Lupa eletrônica;
- Tablets com aplicativos de acessibilidade;
- Jogos em relevo e acessíveis;
- Livros em braille;

objetivo principal de destacar as tecnologias assistivas nas bibliotecas públicas, alcançado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa contribuiu para incitar reflexões sobre a disponibilidade de Tecnologias Assistivas nas bibliotecas públicas brasileiras. A acessibilidade, como já visto, é entendida principalmente como fazer com que o acesso de um ambiente seja livre, contudo, trata-se também sobre tornar o espaço e os recursos acessíveis para todos os públicos, de forma que, uma Pessoa com Deficiência consiga ler e fazer uso de materiais com autonomia e facilidade.

Considerando os avanços sociais no Brasil, desde as primeiras políticas públicas de acessibilidade, foi perceptível ao longo da pesquisa, que a quantidade de publicações científicas sobre a acessibilidade em bibliotecas universitárias, são significativamente maiores em comparação com as publicações sobre bibliotecas públicas.

No contexto das Tecnologias Assistivas como forma de inclusão nas bibliotecas, a revisão sistemática foi realizada baseando-se no objetivo geral, que era investigar o uso das Tecnologias Assistivas nas bibliotecas públicas brasileiras a partir da produção científica na área da Ciência da Informação, e deste objetivo, ramifica-se cinco objetivos específicos que se desdobraram para o desenvolvimento da análise.

Em relação ao objetivo específico A, discutir a partir da literatura científica, as temáticas bibliotecas públicas e tecnologias assistivas. Esse processo de discussão se apresentou em forma de revisão de literatura, no qual concluiu-se o objetivo proposto com a construção do referencial teórico e a contextualização dos temas citados no objetivo.

No objetivo B, buscou identificar na base Diadorim, os periódicos brasileiros de acesso aberto da área da Ciência da Informação que discutem as temáticas apresentadas. Ao filtrar 38 revistas com o termo Ciência da Informação, 30 revistas de fato são da área, na qual sustentaram o objetivo específico C.

No processo de pesquisa e coleta dos documentos para alcançar o objetivo específico C, no qual foi de pesquisar os artigos que discutam o tema tecnologias assistivas em bibliotecas públicas, realizou-se a busca com os descritores tanto com termos inteiros, quanto de forma truncada, pois ao fazer isto, recuperou-se uma quantidade maior de trabalhos que colaboraram para o resultado.

O objetivo D, buscou apresentar os recursos de Tecnologias Assistivas que se destacam nas pesquisas, observa-se que vão desde o livro em Braille e suas ferramentas que o produzem, até suportes que auxiliam nas limitações físicas, como o teclado colmeia, a lupa, entre outros. É importante destacar, que estão inclusos também os softwares que proporcionam acessibilidade, nos quais adaptam-se à necessidade de cada usuário.

Concluindo a discussão com o objetivo E, conseguiu-se explorar as possibilidades de TA que podem ser utilizadas nas bibliotecas públicas do nosso país. Contribuindo para inclusão do público PcD tanto no âmbito informacional, quanto nos diversos outros, pois ao colaborar com a autonomia, promove também o desenvolvimento do indivíduo para atuar com independência e confiança em sua vida e na sociedade.

Com os resultados obtidos nesse estudo, considera-se que é pertinente possuir um planejamento e sobretudo, a execução de medidas inclusivas, que abranjam tanto as Pessoas com Deficiência, que foi o público-alvo dessa pesquisa, quanto a comunidade em um todo.

Uma pauta que se destacou-se, assim como as demais, foi o livro e seus diferentes suportes, sendo o recurso mais usado pelos usuários, Mauch (2017), por exemplo, discute em seu trabalho a produção de livros em múltiplos formatos acessíveis para PcD, enfatizando conteúdos na língua Libras, no qual há uma falta de investimento e produção. Conforme visto no decorrer da análise e discussão dos artigos, há uma concordância entre os pesquisadores, de tornar o espaço da biblioteca pública atrativo não somente pelo seu acervo, mas também por suas atividades desenvolvidas e a interação com a comunidade, a fim de acolher à todos e incentivar a autonomia das Pessoas com deficiência, independente das suas limitações.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, M. E. B. C.; SOUSA, M. R. F.; GUIMARÃES, I. J. B. Organização da informação e acessibilidade para usuários deficientes visuais em bibliotecas, arquivos, museus e web. **Biblionline**, João Pessoa (PB), v. 11, n. 2, p. 43-56, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/view/27627>. Acesso em: 07 jul. 2023.
- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. **Biblioteca pública: avaliação de serviços**. Londrina: Eduel, 2013. Disponível em: https://www.uel.br/editora/portal/pages/arquivos/biblioteca%20publica_digital.pdf. Acesso em: 18 jun. 2023.
- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Biblioteca pública: ingênua, astuta e crítica. **Revista Eletrônica da ABDF**, [s.l.], v.5, n.1, p. 48-67, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/166264>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência em edificações, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2020. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/391/2020/08/ABNT-NBR-9050-.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- BAPTISTA, M. I. S. D. Convivendo com as diferenças. *In*: PUPO, D. T; MELO, A. M.; FERRÉS, S. P. (Orgs). **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas, SP: UNICAMP/Biblioteca, 2008. p. 24-27. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/4477/livro_acessibilidade_bibliotecas_1583867532467_4477.pdf. Acesso em: 18 jun. 2023.
- BARRETO, A. M.; PARADELLA, M. D.; ASSIS, S. Bibliotecas Públicas e Telecentros: ambientes democráticos e alternativos para a Inclusão Social. **Ciência da Informação**, [S. l.], v. 37, n. 1, 2008. DOI: 10.18225/ci.inf.v37i1.1219. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1219>. Acesso em: 2 nov. 2023.
- BARROSO, Maria Alice. Instituto Nacional do Livro. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [Brasília], v. 1, n. 1/3, p. 45-63, 1973. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/40230>. Acesso em: 12 jun. 2023.
- BERSCH, Rita. **Introdução à tecnologia assistiva**. Porto Alegre: CEDI, 2017. Disponível em: https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf. Acesso em: 23 maio 2023.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Coordenação Geral do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. **Biblioteca Pública: princípios e diretrizes**. princípios e diretrizes. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010. Disponível em: <https://antigo.bn.gov.br/producao/publicacoes/biblioteca-publica-principios-diretrizes>. Acesso em: 04 jun. 2023.

BRASIL. Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.753.htm. Acesso em: 08 maio 2023.

BRASIL. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. [Brasília, DF], 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 maio 2023.

BRASIL. Plano Nacional do Livro e Leitura. Brasília, DF: Editora, 2006. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/pnll/>. Acesso em: 20 jun. 2023.

ATA DA REUNIÃO III, 2007, [Brasília, DF]. Comitê de Ajudas Técnicas: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2007. Disponível em: <http://www.acessobrasil.org.br/CMS08/seopublicacoes-6.htm>. Acesso em: 15 jun. 2023.

BRASIL. Decreto-lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937. Cria o Instituto Nacional do Livro. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 dez. 1937. Seção 1, p. 25586. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=103227>. Acesso em: 20 maio 2023.

BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº 13.146, de 6 de Julho de 2015. [Brasília, DF]: Editora, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 15 jun. 2023.

BRASIL. Lei 13.696, de 12 de julho de 2018. Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13696.htm. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 10 jul. 2023.

BRASIL. Decreto nº 10.645, de 11 de março de 2021, que regulamenta o art. 75 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/d10645.htm. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRETTAS, Aline Pinheiro. A biblioteca pública: um papel determinado e determinante na sociedade. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação. Rio Grande, v. 24, n.2, p.101-118. 2010. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/1153/1030>. Acesso em: 20 maio 2023.

CARVALHO, Telma de; BASTOS, Lorena Bomfim. Diagnóstico sobre acervo inclusivo nas bibliotecas públicas de Sergipe. **ConCI**: Convergências em Ciência da Informação, Aracaju, v. 1, n. 2, p. 182–188, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/conci/article/view/10274>. Acesso em: 2 nov. 2023.

CAMBIAGHI, Silvana Serafino. **Desenho universal**: métodos e técnicas de ensino na graduação de arquitetos e urbanistas. 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=khmsDwAAQBAJ&lpg=PP1&dq=comiss%C3%A3o%20barrier%20free%20design&hl=pt-BR&pg=PP1#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 21 nov. 2023.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002. Disponível em: <https://www.calameo.com/read/00320956576eb7a0bcab5>. Acesso em: 20 jun. 2023.

CHALMERS, A. F. **O que é Ciência afinal?**. São Paulo: Brasiliense, 1993. Disponível em: https://www.nelsonreyes.com.br/A.F.Chalmers_-_O_que_e_ciencia_afinal.pdf. Acesso em: 20 jun. 2023.

COSTA, G. R. V.; MAIOR, I. M. M. L.; LIMA, N. M. **Acessibilidade no Brasil**: uma visão histórica. São Paulo: USP, 2005. Disponível em: http://www.prodam.sp.gov.br/multimedia/midia/cd_atiid/conteudo/ATIID2005/MR1/01/AcessibilidadeNoBrasilHistorico.pdf. Acesso em: 14 jun. 2023.

COSTA, M. K. A.; MOREIRA, C. dos S.; OLIVEIRA, D. A. Acessibilidade em Bibliotecas, no horizonte da Agenda 2030 : reflexões necessárias. **Folha de Rosto**, [s.l.], v. 7, n. 3, p. 86-113, 9 jan. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/676/584>. Acesso em: 2 nov. 2023.

FREGOLENTE, R. **Caracterização da acessibilidade em espaços públicos**: a ergonomia e o desenho universal contribuindo para a mobilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais - Estudo de casos. 2008. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/11a72165-0428-4b0e-b05b-077f6c0a3e85/content>. Acesso em: 14 jun. 2023.

GARCIA, A. R. S.; SOUSA, A. L. M. DE. Mediação da Informação no Contexto das Tecnologias da Informação Comunicação: uma reflexão sobre o impacto dessas ferramentas em bibliotecas públicas. **Folha de Rosto**, [s.l.] v. 3, n. 2, p. 28-37, 27 dez. 2017. Disponível em:

<https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/212/184>. Acesso em: 2 nov. 2023.

GARCIA, C. A.. **SubPrograma Nacional para Trabalhadores Portadores de Deficiência**. São Paulo: FUNDACENTRO, 2004.

GARCIA, J. C. D.; GALVÃO FILHO, T. A. **Pesquisa nacional de TA**. São Paulo: ITS Brasil/MCTI-Secis, 2012. Disponível em: <http://www.santoandre.sp.gov.br/pesquisa/ebooks/368505.PDF>. Acesso em: 14 jun. 2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: https://pdfdocumento.com/gil-a-c-metodos-e-tecnicas-de-pesquisa-social-blog-do-professor-_59f7b94d1723ddde0f3dc077.html. Acesso em: 14 jun. 2023.

GUERREIRO, E. M. B. R. A acessibilidade e a educação: um direito constitucional como base para um direito social da pessoa com deficiência. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 25, n. 43, p. 217-232, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4415>. Acesso em: 14 jun. 2023.

HOTT, D. F. M.; FRAZ, J. N.. Acessibilidade, tecnologia assistiva e unidades de informação: articulações à realidade da inclusão. **Perspectivas em Ciência da Informação**. [s. l.], v.24, n.4, p.199-210, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/bNWjQvcxSFrkhDxWJpv6FSx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 jun. 2023.

IBICT. **Diadorim**. [s. l.]: [s. n.], [2023]. Disponível em: <https://diadorim.ibict.br/diadorim.jsp>. Acesso em: 20 jun. 2023

IFLA. **Diretrizes da IFLA sobre os serviços da biblioteca pública**. IFLA: 2013, 2 ed. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/hq/publications/series/147-pt.pdf>. Acesso em: 28 maio 2023. revisar

IFLA. **Manifesto da IFLA sobre internet**. IFLA: 2014. Disponível: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/faife/publications/policy-documents/internet-manifesto-guidelines-pt.pdf>. Acesso em: 28 maio 2023. revisar

IFLA; UNESCO. **Manifesto da Biblioteca Pública IFLA-UNESCO 2022**. [s.l.], 2022. Disponível em: <https://repository.ifla.org/handle/123456789/2187>. Acesso em: 06 abr. 2023.

JACINTO, S. de O. A biblioteca pública e os deficientes físicos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 89–104, 2009. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/92>. Acesso em: 10 nov. 2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india/view. Acesso em: 12 jun. 2023.

LEVY, Pierre. **Cybercultura**. São Paulo: Editora. 34, 1999. Disponível em: https://www.giulianobici.com/site/fundamentos_da_musica_files/cibercultura.pdf. Acesso em: 12 jun. 2023.

MAUCH, C. S. da S. Produção de conteúdos e livros em múltiplos formatos acessíveis para pessoas com deficiência e seus desafios para ampliação da esfera pública. *Inclusão Social*, Brasília, v. 10, n. 2, 2017. Disponível em: <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4040>. Acesso em: 2 nov. 2023.

MATOS, E. J. S.; LEMOS, R. B. da S.; SILVA, J. L. da. AS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS PARA A EDUCAÇÃO NA BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE. **Revista Bibliomar**, São Luís, v. 16, n. 1, p. 36–51, 2017. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bibliomar/article/view/7615>. Acesso em: 2 nov. 2023.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2006. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/31426>. Acesso em: 05 abr. 2023.

MELO, A. M. Acessibilidade e design universal. PUPO, D. T; MELO, A. M.; FERRÉS, S. P. (Orgs). **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas, SP: UNICAMP/Biblioteca, 2008. p. 30-33. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/4477/livro_acessibilidade_bibliotecas_1583867532467_4477.pdf. Acesso em? 05 abr. 2023.

FERRÉS, Sofia Pérez. Acessibilidade física. *In*: PUPO, D. T; MELO, A. M.; FERRÉS, S. P. (Orgs). **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas, SP: UNICAMP/Biblioteca, 2008. p. 36-49. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/4477/livro_acessibilidade_bibliotecas_1583867532467_4477.pdf. Acesso em? 05 abr. 2023.

FRAZ, J. N. Tecnologia Assistiva e Educação Matemática: experiências de inclusão no ensino e aprendizagem da Matemática nas deficiências visual, intelectual e auditiva. **Revista de Educação Matemática**, São Paulo, v. 15, n. 20, p. 523-547, 2018. Disponível em: <https://test.revistasbemsp.com.br/index.php/REMat-SP/article/view/176>. Acesso em: 01 abr. 2023.

FORTALECIMENTO de bibliotecas acessíveis e inclusivas: Manual Orientador. São Paulo: Mais Diferenças, 2016. Disponível em: https://maisdiferencas.org.br/wp-content/themes/maisdiferencas/downloads/materiais/manual_orientador.pdf. Acesso em: 05 abr. 2023.

MATOS, E. J. S.; LEMOS, R. B. da S.; SILVA, J. L. da. As tecnologias assistivas para a educação na Biblioteca Pública Benedito Leite. **Revista Bibliomar**, São Luís, v. 16, n. 1, p. 36–51, 2017. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bibliomar/article/view/7615>. Acesso em: 1 abr. 2023.

MELLO, M. R. G. de; MARTÍNEZ-ÁVILA, D.; ARAUJO, L. M.; VALENTIM, M. L. P. Entre técnica e reflexão: um estudo da função social das bibliotecas públicas a partir da Teoria Crítica. **Informação & Informação**, [s. l.], v. 25, n. 4, p. 377–401, 2020. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/38354>. Acesso em: 2 nov. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948**. ONU: 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declara%C3%A7%C3%A3o-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 22 jun. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração dos direitos de pessoas deficientes**. ONU: [s. n.], 1975. Disponível em: <http://www.ct.ufpb.br/lacesse/contents/documentos/legislacao-internacional/declaracao-dos-direitos-das-pessoas-deficientes-onu-1975.pdf/view>. Acesso em: 22 jun. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: UNIC Rio, 2016. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/Agenda2030completoportugus12fev2016.pdf. Acesso em: 19 nov. 2023.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007. Disponível em: https://www.academia.edu/19192704/Como_fazer_pesquisa_qualitativa_Maria_Oliveira. Acesso em: 01 abr. 2023.

PUPO, Deise Tallarico. Acessibilidade e inclusão: o que isso tem a ver com os bibliotecários? In: PUPO, D. T.; MELO, A. M.; FERRÉS, S. P. (Orgs). **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas, SP: UNICAMP/Biblioteca, 2008. p. 18-21. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/4477/livro_acessibilidade_bibliotecas_1583867532467_4477.pdf. Acesso em: 05 abr. 2023.

PUPO, D. T.; MELO, A. M.; FERRÉS, S. P. (Orgs). **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas, SP: UNICAMP/Biblioteca, 2008. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/4477/livro_acessibilidade_bibliotecas_1583867532467_4477.pdf. Acesso em? 05 abr. 2023.

PRADO, A. R. de A. **Unidades de políticas públicas: Município acessível ao cidadão**. São Paulo: CPA; SEPED, 2001.

SANTOS, Josiel Machado. O processo evolutivo das bibliotecas da Antiguidade ao Renascimento. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v.8, n.2, p. 175-189, 2012. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/237/235>. Acesso em: 18 jun. 2023.

SANTOS, S. K. da S. de L. Usuários surdos e acessibilidade em bibliotecas: uma revisão da literatura científica brasileira. **Informação & Informação**, [s. l.], v. 25, n. 2, p. 258–276, 2020. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/38938>. Acesso em: 2 nov. 2023.

SANTOS, R. do R.; RIBEIRO, I. da C.; SOUSA, A. C. M. de. A biblioteca pública como ambiente de mediação da informação para o usuário da terceira idade. **Informação & Informação**, [s. l.], v. 24, n. 1, p. 442–457, 2019. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/32222>. Acesso em: 2 nov. 2023.

SANTOS, K. G. D.; CARVALHO, K. A. Acessibilidade e tecnologia assistiva em bibliotecas universitárias: estudo de caso no centro federal de educação tecnológica de Minas Gerais. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 13, n. 1, p. 5-19, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/22362/25333>. Acesso em: 14 jun. 2023.

SERRAI, A. A. A história das bibliotecas como evolução de uma ideia e de um sistema. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**. Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 141-161, 1975. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36168>. Acesso em: 04 jun. 2023.

SILVA, Edna Lúcia da, MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2001. Disponível em: <http://tccbiblio.paginas.ufsc.br/files/2010/09/024_Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes1.pdf>. Acesso em: 6 maio 2023.

SILVA, Márcio André Pereira da; COSTA, Jefferson Arnaldo da Cruz; BARROS, Ronisete Pereira. O planejamento como um diferencial para a missão social da biblioteca pública. **Revista Bibliomar**. São Luís, v. 18, n. 2, p. 63–77, 2019. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bibliomar/article/view/13158>. Acesso em: 4 jun. 2023.

SILVA, C. C. DE O. DA; BERNARDINO, M. C. R. Percepções Sobre Biblioteca Inclusiva. **Folha de Rosto**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 30-43, 21 jul. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/5/4>. Acesso em: 02 nov. 2023.

SILVA, C. R.; ARAUJO, N. C. de. Bibliotecas do Município de Capela, Alagoas: condições de acesso à informação e inclusão social. **Ciência da Informação em**

Revista, Maceió, v. 3, n. 3, p. 20–35, 2016. Disponível em:
<https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/1422>. Acesso em: 2 nov. 2023.

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS (Brasil). **Dados das Bibliotecas Públicas no Brasil**. Brasília: SNB, 2015. Disponível em:
<<http://snbp.culturadigital.br/informacao/dados-das-bibliotecas-publicas/>>. Acesso em: 18 jun. 2023.

SOUZA, W. E. R. de. A biblioteca pública como um espaço em disputa. **Informação & Informação**, [s. l.], v. 26, n. 3, p. 550–575, 2021. Disponível em:
<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/43386>. Acesso em: 2 nov. 2023.

SOUZA, . G. S.; DUMONT, . M. M. Exclusão e inclusão digitais em bibliotecas públicas municipais da Região Metropolitana de Belo Horizonte: análise do serviço de acesso à internet disponibilizado pelas instituições para o exercício da cidadania. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, [s. l.], v. 23, n. 52, p. 48–60, 2018. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2017v23n52p48>. Acesso em: 2 nov. 2023.

SUAIDEN, Emir J. **Biblioteca pública brasileira**: desempenho e perspectivas. São Paulo: Lisa; Brasília: INL, 1980. Disponível em:
<https://www.repositorio.unb.br/handle/10482/12779>. Acesso em: 04 jun. 2023.

SUAIDEN, Emir J. **Biblioteca pública e informação à comunidade**. São Paulo : Global, 1995. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ci/a/JJCz6RKQhDZNGG6yVdL9pQP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 nov. 2023.